



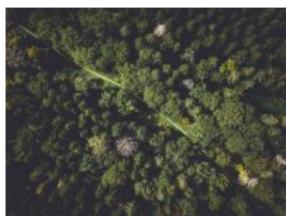
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### Saúde e Educação: acesso, permanência e vida sem racismo

AN Original

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Década Internacional de Afrodescendentes, através da Resolução 68/237, para o período entre 2015-2024, tendo como pilares fundamentais: reconhecimento, justiça, (...)

Por Marcos Antonio Batista da Silva



es Reflexión Anti-Capitalismo Anticolonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Ocupación, extractivismo y olvido

Naturaleza y mujeres en la investigación para la paz

En Ecofeminismo, Maria Mies y Vandana Shiva recuerdan una de las principales proclamas que las feministas de la década de los 70 repetían en las protestas pacifistas: ¿en tiempos de paz, la guerra contra las(...)

Por Beatriz Arnal Calvo

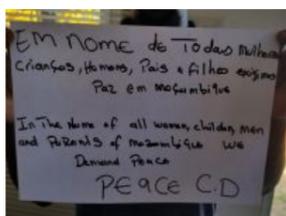


pt Reflexão Anti-Colonialismo

### #quemdeuordem: um exemplo da luta pela democracia no Recife

Photo by Nayani Teixeira on Unsplash.

Por Jessica Morris, Manoel Moraes



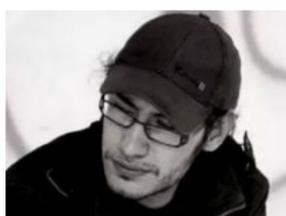
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Cabo Delgado e as vítimas que não falam: são faladas

AN Original - Alice Comenta

A deterioração da situação em Cabo Delgado tem gerado um fluxo contínuo de notícias, entrevistas e relatórios, mas praticamente não há mulheres a escrever sobre a guerra que tem lugar na província(...)

Por Teresa Cunha



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo

### "Consegues ouvir-nos?": Carta ao Niraz Saied

AN Original

O mundo é um monte de pessoas, um mar de pequenas chamas. Cada pessoa brilha com a sua própria luz. Não há duas chamas iguais. Há chamas grandes e chamas pequenas, chamas de todas as cores. As chamas de algumas(...)

Por Budour Hassan (Translated by Daniela S. Jorge Ayoub)



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### A ocupação colonial da Palestina por Israel: a solução final sem fim

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Boaventura de Sousa Santos



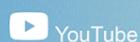
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

### Quinze teses sobre o partido-movimento

AN Original - Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por Boaventura de Sousa Santos



# Saúde e Educação: acesso, permanência e vida sem racismo

## AN Original

2021-07-14

Por Marcos Antonio Batista da Silva

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Década Internacional de Afrodescendentes, através da [Resolução 68/237](#), para o período entre 2015-2024, tendo como pilares fundamentais: reconhecimento, justiça, desenvolvimento e discriminação múltipla ou agravada de afrodescendentes, onde os Estados, entre outras medidas, devem melhorar o acesso de afrodescendentes a serviços de saúde de qualidade.

Nas sociedades contemporâneas, o racismo tem corroborado com a morbimortalidade da população negra, em especial no Brasil, agravado ainda pelo contexto da pandemia do coronavírus-covid-19. Compreendemos que não será possível um combate efetivo para superar os perigos impostos pela pandemia do coronavírus, se não forem tomadas medidas que levem em conta as desigualdades no acesso a direitos e serviços que marcam o cotidiano da população negra.

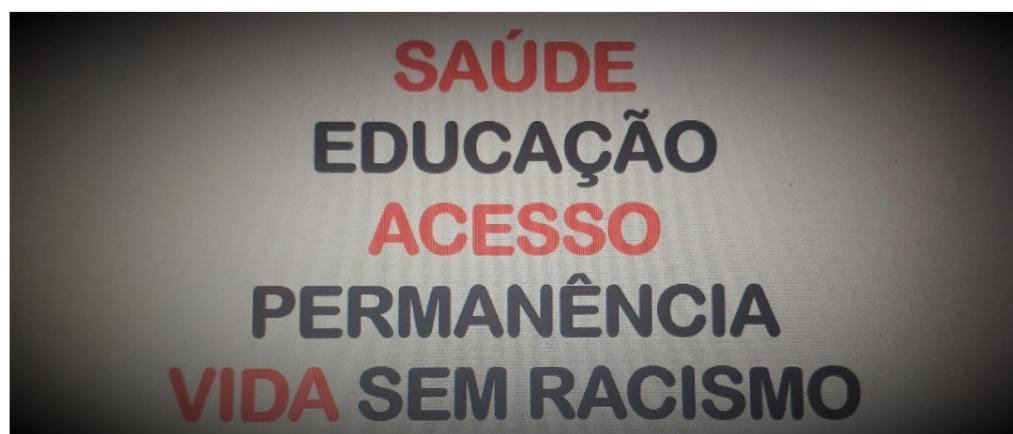
A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de Instituições de estatística e de pesquisa, mostram que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. Seja no que diz respeito à renda, acesso a empregos, violência, expectativa de vida, saúde e educação, devido as desigualdades sociais e ao racismo, herança do passado escravista, à política de branqueamento da passagem do século XIX para o XX, à histórica condescendência das elites brasileiras com desigualdades sociais e ao racismo na sociedade brasileira.

Ao olharmos para a sociedade brasileira, em especial, no que se refere a saúde, saúde mental da população negra, apreendemos que a [Política Nacional de Saúde da População Negra \(PNSIPN\)](#) visa garantir a equidade e a efetivação do direito à saúde de negras e negros no país, reconhecendo o racismo como determinante social das condições de saúde. Essa Política estabelece diretrizes, estratégias e responsabilidades da gestão em todas as esferas, com vistas à promoção da equidade em saúde. Apesar de avanços nos campos social, legal e institucional visando à equidade racial ([Estatuto da Igualdade Racial](#)), ainda enfrentamos no Brasil, o racismo estrutural. As reivindicações da população negra e do Movimento Negro, visando melhores condições de acesso ao sistema de saúde no Brasil, se fortaleceram no século XX, derivadas de lutas de movimentos sociais e antirracistas (Reforma Sanitária, Sistema Único de Saúde-SUS, PNSIPN).

No entanto, tais políticas relacionadas às mudanças e transformações necessárias na área da saúde, em busca da melhoria das condições de vida da população, ainda que tenham contribuído para a participação social com maior equidade em saúde (acesso integral, universal e gratuito), ainda não foram suficientes para integrar no Sistema, meios de superação de obstáculos enfrentados pela população negra, no acesso à saúde que sofrem pelos efeitos do racismo.

Assim perguntamos: há continuidade ou rupturas das desigualdades em saúde, saúde mental, que acometem a população negra, que resultam de injustos processos sociais, raciais e econômicos e do racismo, presentes na história do Brasil?

Infelizmente ainda no país, nos deparamos como dados dos Ministério da Saúde do ano de 2018, onde o documento [Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros – 2012 a 2016](#), mostra que no ano de 2016, a cada 10 suicídios de adolescentes e jovens, seis ocorreram com negros. Estes dados nos levam a refletir sobre o destacado no portal da (UNEafro) Em meio ao racismo institucional, aluno negro tira a própria vida na USP.



O texto da UNEafro informa que um estudante “se suicidou em meio ao racismo e negligência da Universidade de São Paulo (USP). Morador do Conjunto Residencial da USP – CRUSP, o estudante procurou ajuda por diversas vezes dentro da Universidade e o que ouviu foram comentários que negligenciaram a sua dor”. O texto informa ainda que “o jovem sofria com o bullying dos colegas e com o racismo institucional (...)”. Ele implorou por ajuda da instituição, mas não obteve retorno (...). Nenhuma atitude institucional foi tomada quando o estudante avisou que iria se suicidar nas escadas do próprio bloco estudantil, onde residia (...), amigos do jovem relataram que não houve nenhum movimento da Universidade para impedir a sua ação (...), não chamaram os bombeiros, não montaram uma operação, não deixaram uma ambulância preparada, nem avisaram a polícia militar que tem uma guarita a poucos metros do local”.

Ainda segundo o texto da UNEafro, o estudante “se jogou e, nesse momento, os guardas que estavam inertes saíram gritando, avisando que o jovem havia se jogado. Movimentações para tentar salvar o jovem partiram dos próprios estudantes e pessoas ao redor, que chamaram a ambulância (...). A família do jovem recebeu apenas a notificação de seu falecimento (...). Não é de hoje que a USP tem sua imagem ligada ao racismo institucional (...). Jovens negros e da periferia constantemente relatam que são oprimidos pela política institucional da Universidade, pelo corpo docente, por colegas brancos e ricos e pela polícia dentro do espaço”.

Compreendemos o racismo institucional como o fracasso das instituições e organizações em prover um atendimento adequado às pessoas de grupos racializados (negros, povos indígenas), entre outros. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, os quais são resultantes do preconceito racial, onde essas populações são colocadas em situação de desvantagem no acesso e permanência a benefícios gerados pelo Estado, organizações e instituições.

Vale destacar a importância da [Carta dos docentes negros e negros da USP: Pelo direito à diversidade na USP!](#) localizada por meio do Portal Geledés de 2 junho de 2021. Os docentes lançam carta denunciando o racismo institucional na universidade. Carta “O documento lembra que, muitas universidades ao redor do mundo, perceberam a importância e os benefícios de valorização da diversidade e de acolhimento, de educação e enfrentamento a abusos, assédios e discriminações étnico-raciais enquanto vigorou um silêncio insitucional da reitoria ante a morte trágica do estudante.”

Segundo reportagem da Revista Veja São Paulo, por Guilherme Queiroz, de 7 junho de 2021, intitulada [Sequência de suicídios põe USP em alerta: “Precisamos saber onde erramos”](#). A Universidade promete criar rede para melhorar comunicação entre os seus serviços de saúde mental.

Os fatores apontados como extremamente preocupantes dizem respeito, à vida de pessoas negras, estudantes negros que vivem no Brasil e aponta para a urgência de compreender a saúde, saúde mental da população negra no contexto do racismo que atualmente envolve também a pandemia do coronavírus da Covid-19. É crucial apontar o racismo como determinante associado ao adoecimento e à morte precoce de jovens, mulheres e homens negros nas sociedades contemporâneas.

---

**Marcos Antonio Batista da Silva** é Doutor em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Investigador em Pós-doutoramento no Centro de Estudos Sociais (CES), Universidade de Coimbra. (Projeto 725402 - POLITICS - ERC-2016-COG).



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



ces  
Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Organização  
das Faculdades  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura



Universidade de  
Coimbra - Alta e Santa  
secreta na Lista do Património  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Ocupación, extractivismo y olvido

## Naturaleza y mujeres en la investigación para la paz

2021-07-06

Por **Beatriz Arnal Calvo**

En [Ecofeminismo](#), Maria Mies y Vandana Shiva recuerdan una de las principales proclamas que las feministas de la década de los 70 repetían en las protestas pacifistas: “en tiempos de paz, la guerra contra las mujeres continúa”. Para muchas mujeres en diversas latitudes del planeta, la experiencia de conflicto y violencia es un [continuum](#), una línea constante que atraviesa nuestras vidas de forma ininterrumpida. Nuestros cuerpos feminizados encarnan y revelan una amplia gama de violencias múltiples e interrelacionadas que se producen y repiten tanto en tiempos de paz como en tiempos de guerra. Dicho más sencillamente, cuando acaba la guerra no necesariamente comienza la paz ni concluyen estas violencias cotidianas que encarnan muchas mujeres. ¿Cómo experimentan ellas, entonces, la guerra y la paz, y todo aquello que se encuentra entremedio? Para responder a esta pregunta, es necesario reconocer la porosidad de ambas categorías, así como reconsiderar el papel que las mujeres juegan en los conflictos armados. La investigación para la paz debe incluir sus experiencias cotidianas, múltiples y diferenciadas de guerra y violencia, así como también de resistencia y construcción de paz.

Asimismo, necesitamos repensar la centralidad del entorno natural. Habitualmente, la naturaleza ha sido simplificada en contextos de conflicto como recursos naturales y estos, a su vez, reducidos a [mero origen y recurso](#) de conflictos locales. En los últimos años, enfoques teóricos emergentes como el de [paz ambiental](#) estudian la relación entre los [conflictos armados](#), la [industria armamentística](#) y la [naturaleza](#), así como el rol que esta [juega como sujeto de derechos y agente para la paz](#).

### Extractivismo de cuerpos-territorios-tierras

Para [Shamin Meer](#), activista, investigadora y escritora feminista, “la violencia desatada sobre las mujeres empobrecidas y sus comunidades y sobre los recursos de la tierra es intrínseca al sistema económico actual”. Un sistema “violento y destructivo” que confronta y prioriza los beneficios económicos de una pequeña elite mundial por encima de la sostenibilidad de la vida. De manera especialmente nítida, la violencia extractivista representa esa explotación entrecruzada e interdependiente sobre [cuerpos-territorios-tierras](#). La minería, la explotación ganadera y agropecuaria de exportación, el turismo a gran escala y la industria energética extraen recursos finitos de la tierra y de las comunidades, a menudo a través de una compleja [arquitectura jurídica](#) que protege los intereses de las grandes corporaciones transnacionales y les hace impunes incluso cuando violentan y arrebatan a las poblaciones autóctonas bienes esenciales finitos como el agua, la tierra o los bosques.

Según la feminista [Astrid Ulloa](#), existe un vínculo entre la violencia sobre los cuerpos feminizados y la violencia sobre territorios en conflicto. Ambas son expresiones de un modelo económico capitalista e imperialista basado en la extracción de recursos naturales finitos y la explotación de cuerpos para la producción y exportación de bienes. La industria extractivista no solamente explota los cuerpos de sus trabajadores asalariados (habitualmente hombres), también [los cuerpos de las mujeres](#), cuyo trabajo reproductivo, comunitario y de cuidados posibilita la generación de capital global. Se trata de un trabajo altamente feminizado, habitualmente infravalorado, no remunerado ni socialmente reconocido como trabajo y, sin embargo, central para el cuidado y el sostenimiento de la vida. Además, [organizaciones e investigaciones académicas](#) han alertado sobre el aumento de la inseguridad, la militarización y la violencia –incluida la violencia sexual y el asesinato de mujeres líderes– en las zonas de actividades extractivas, como es tristemente ejemplo el asesinato de [Berta Cáceres](#). Así, la devastación de la naturaleza es un asunto que nos concierne como feministas.

Existen también numerosas formas de violencia que aniquilan los saberes ancestrales de los territorios colonizados. De igual modo que las violencias no necesariamente terminan con la paz, la colonización no termina con la independencia: las antiguas metrópolis del Norte continúan siendo altamente dependientes de las materias primas que siguen extrayendo de sus antiguas colonias del Sur. Estas interacciones neocoloniales y jerárquicamente desiguales son parte constituyente del orden hegemónico del capitalismo global, puesto que este no solamente destruye el planeta y hace desaparecer personas y comunidades, además atenta contra otras formas de vida, otros modos de estar, ser, pensar, sentir, relacionarse y vivir colectivamente, incluso contra la posibilidad misma de imaginar un mundo en el que muchos [otros mundos son posibles](#). Esta [colonialidad del saber](#) desecha como superchería todo aquello que no se ajusta a los cánones del modelo occidental de conocimiento racional, incluidas otras formas de conocer, conservar y cuidar nuestro entorno natural propias de los pueblos indígenas, así como diversas formas de resistencia y defensa de la naturaleza que los territorios despojados han conservado hasta hoy, particularmente las [mujeres](#).

## Epistemologías del Sur y saberes alternativos feministas

Como señala Boaventura de Sousa Santos, “la comprensión del mundo es mucho más amplia y diversificada que la comprensión occidental del mundo”. Muy al contrario, los saberes que existen en el mundo (y sobre el mundo) son infinitos, pero es preciso hacer un ejercicio genealógico que indague en sus orígenes –y en las herencias coloniales presentes que aún los invisibilizan– para recuperarlos, conservarlos y revalorizarlos. Las Epistemologías del Sur proponen reconocer que hay un Sur, ir al Sur y aprender con el Sur. Para ello, son necesarias una sociología de las ausencias (que identifique aquellos conocimientos violentamente suprimidos), una sociología de las emergencias (que de cuenta de aquellas formas de ser y estar que no llegaron a ser colonizadas y aún resisten), y una ecología de los saberes (que busque la coproducción de otros saberes alternativos, situados y transformadores). Para el sociólogo portugués, no hay justicia social sin justicia cognitiva. En una doble vuelta de tuerca, Teresa Cunha e Isabel Casimiro proponen hacer una hermenéutica feminista, esto es: una interpretación despatriarcalizada de las Epistemologías del Sur que recupere no solamente los saberes del Sur global, sino también los saberes de esa otra periferia subalterna e invisibilizada: las mujeres. Simplemente “no puede haber un pensamiento alternativo de alternativas que no sea feminista”. Y puesto que no puede haber justicia social ni justicia cognitiva sin justicia sexual, así tampoco puede haber justicia (ni paz) que no incluya a las mujeres, sus experiencias situadas cotidianas, sus vivencias encarnadas diferenciadas, múltiples y plurales.

### Reflexiones finales

La notable ausencia de mujeres, naturaleza y saberes indígenas en la investigación para la paz invisibiliza la coproducción de saberes alternativos y expulsa hacia la periferia todo aquello que no es considerado blanco, burgués, varón, adulto, heterosexual (el BBVAH según la economista feminista Amaia Pérez Orozco). Esta ausencia triple representa, pues, un olvido, una desmemoria, una injusticia, una violencia ontológica y cognitiva que reclama que aquello que ha sido constreñido como Otro sea reconocido en su centralidad. La academia, como cualquier ámbito de producción de conocimiento, está imbuida de poder y de violencia. Pero, como señala la socióloga maya quiché Gladys Tzul Tzul, la teoría puede ser también un canal para la disputa de las ideas hegemónicas y un espacio desde el cual indagar, recuperar, revalorizar y poner en el centro una radiante constelación de cosmologías, epistemologías, ontologías, ecologías y prácticas de paz alternativas. De este modo, desde la investigación feminista y ecologista para la paz, debemos repensar críticamente: ¿qué experiencias y prácticas de violencia, resistencia y paz in/visibilizamos? ¿A quiénes consideramos sujetos políticos, productores de conocimiento y agentes de paz? ¿Qué saberes posibilitan relaciones humanas y con el entorno de cooperación y reconciliación? Más fundamental aún, ¿hacia dónde miramos cuando queremos localizar modelos de convivencia alternativos basados en los cuidados y el sostenimiento de la vida?

---

Beatriz Arnal Calvo estudió Filosofía. Fue trabajadora humanitaria en contextos de desplazamiento forzado. Actualmente realiza sus estudios doctorales en la Universidad de Brighton (Reino Unido) con una tesis sobre los impactos ambientales y de género de los conflictos armados, así como las prácticas cotidianas de las mujeres como agentes de paz y defensoras de la vida.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1290  
UNIVERSIDADE D  
COIMBRA



Organização  
das Faculdades  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura  
Universidade de  
Coimbra - Arte e Saúde  
Inscrita na Lista do Património  
Humano em 2010

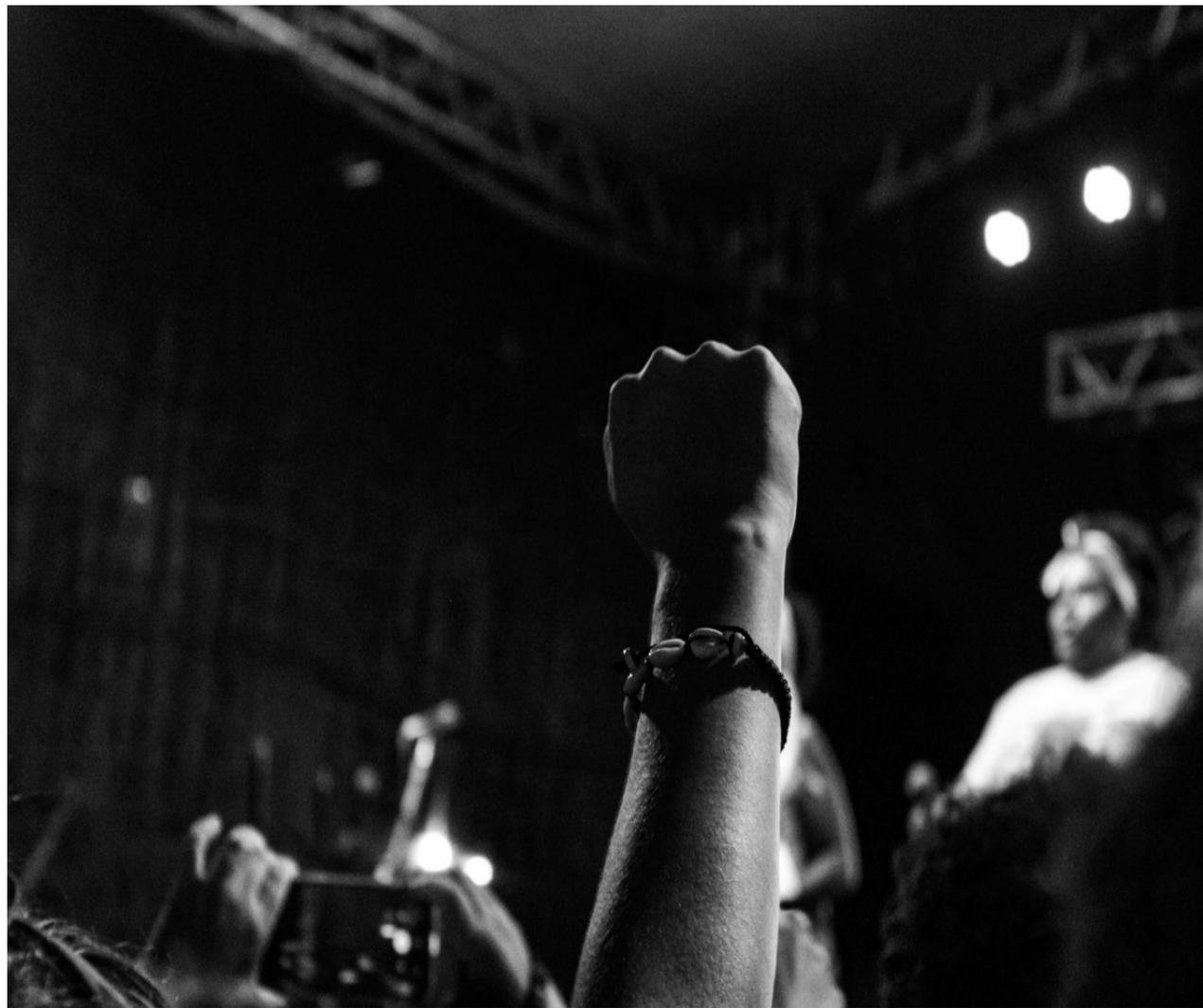


Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

## #quemdeuaordem: um exemplo da luta pela democracia no Recife

2021-07-03

Por Jessica Morris, Manoel Moraes



*Photo by Nayani Teixeira on Unsplash.*

O Brasil vem sofrendo o denominado “apagão de políticas públicas” na saúde e nas áreas sociais em decorrência de um governo negacionista, que defende medicamentos sem eficácia comprovada para o enfrentamento do coronavírus e que negou oportunidades de comprar vacinas para sua população. Seguindo essas políticas, o Brasil ultrapassou a triste marca de 500 mil mortos. Além do impacto causado pela doença, a resposta do governo federal à pandemia também tem gerado impactos desastrosos no âmbito econômico causando um crescimento vertiginoso no desemprego e insegurança alimentar. Hoje mais de 12% da população brasileira vive abaixo da linha de pobreza.

Diante desse contexto, movimentos sociais fizeram várias ações, de painelaços a atos virtuais, manifestos e notas, mas nada se compara ao que ocorreu no dia 29 de maio de 2021. Pela primeira vez, as ruas vazias voltaram a pulsar com milhares de manifestantes insatisfeitos com governo Bolsonaro, indignados, em parte, pelas revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal (que avalia se houve falhas por parte do Governo Federal no enfrentamento da pandemia), como também pela lentidão da vacinação. Assim, no dia 29 de maio em 213 cidades do Brasil e 14 cidades no exterior, mais de 420 mil pessoas participaram pacificamente dessa mobilização exigindo responsabilização do governo federal pelos erros na resposta à pandemia da Covid-19 bem como exigindo a aceleração na compra e administração de vacinas para toda a população.

Porém, de todas as cidades onde se realizaram manifestações contra o governo federal, apenas uma foi palco de repressão violenta contra os manifestantes: Recife. Apesar de ter uma trajetória de vida política

ativa e manifestações vibrantes, a cidade viveu momentos de violência policial dificilmente vistos antes em protestos na capital pernambucana.

A concentração de milhares de manifestantes tinha se dado sem maiores problemas e os grupos e organizações da sociedade civil saíram em filas e com distanciamento social liderando os manifestantes em ato pacífico e respeitando todas as regras de segurança, como uso de máscaras e distribuição de álcool para todos os participantes.

Apesar disso, o comandante da Polícia Militar de Pernambuco mobilizou o batalhão de choque para dispersar o ato. A primeira iniciativa foi reter os carros de som para que não pudessem seguir na manifestação. Já no final do ato, justamente quando os ativistas se dispersavam, o batalhão de choque, sem nenhuma mediação por parte dos órgãos de segurança, decidiu usar a força para dispersá-los. Os vídeos feitos na hora da dispersão mostram a surpresa dos manifestantes e a desproporcionalidade da repressão policial. Tiros de bala de borracha e bombas de gás lacrimogênio foram disparados contra a população.

Conforme o próprio Caderno de Instruções do Exército a munição conhecida como “bala de borracha” deve ser lançada contra alvos a uma velocidade média de 110m/s a uma distância de 20 metros pois em distâncias muito pequenas esse projétil representa um perigo podendo ocasionar danos irreversíveis (Caderno de Instruções do Exército 2017, p.32). Além disso, devem ser utilizadas como alvo dessas munições as pernas de indivíduos e não se recomenda disparos que mirem a cabeça, genitais ou coluna (Domingos 2019, p.33). Similarmente, o gás lacrimogêneo “possui capacidades inquietantes e incapacitantes [...] no corpo humano” (Domingos 2019, p. 36). A literatura especializada descreve que quem tiver contato com esse gás pode experimentar dores intensas, lacrimação excessiva nos olhos, dificuldade respiratória além de forte sensação de queimação e náuseas (Domingos, 2019).

Como fica claro nos registros visuais e testemunhais, mesmo com todos esses dados e devido treinamento, a Polícia Militar de Pernambuco não respeitou essas instruções. Os policiais atiraram balas de borracha a menos de 20 metros de distância mirando as cabeças dos manifestantes bem como usaram o spray de pimenta para atingir o rosto de muitos que lá estavam. Especificamente, dois transeuntes (Daniel Campelo de 51 anos, e Jonas Correia de França de 29 anos) que nem participavam da manifestação foram atingidos nos olhos por “balas de borracha” e ficaram cegos de um olho. Daniel, que não participava do ato, relatou: “Fui ao centro comprar material para meu trabalho e acabei cego de um olho”. Além disso, a Vereadora Liana Cirne que se aproximou dos policiais para questionar as razões para o uso da força contra uma manifestação pacífica foi alvo de agressão com o spray no rosto. Assim, o desfecho do 29M em Recife foi trágico: duas pessoas ficaram cegas por balas de borracha atiradas pelos policiais e a Vereadora Liana Cirne foi alvo de uma agressão com spray de pimenta no rosto.

A resposta dos movimentos sociais e de direitos humanos a essa repressão foi ágil e eficiente. Um exemplo foi a ação coletiva do Cendhec (Centro de Estudos e Ação Social Dom Helder Camara), o MNDH (Movimento Nacional de Direitos Humanos), o MST (Movimento Sem Terra) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores) que divulgaram em uma coletiva no dia 3 de junho, que haviam enviado informes à ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA sobre a violência desproporcional e contra a liberdade de expressão, e da visível imperícia ou negligência com que foram usados utensílios de dispersão não letais nas ruas do Recife.

Em resposta a estes informes a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestou, em sua conta oficial do Twitter, apoio aos pernambucanos que sofreram com a violência policial durante o ato em Recife. Expressou também preocupação e chamou atenção para os órgãos de controle externo da atividade policial no sentido de atuarem com medidas efetivas para a não repetição.

O governador de Pernambuco depois da repercussão negativa nacional e internacional do 29M foi às redes sociais e negou qualquer ordem de repressão desproporcional da Polícia de Choque, o que fez viralizar a pergunta, “quem deu a ordem?” (#quemdeuaordem). Em resposta às denúncias dos movimentos sociais e a indignação da sociedade civil, o comandante da PMPE foi exonerado, bem como o Secretário de Defesa Social que era responsável pela segurança pública do Estado.

No dia 19 de junho, novas manifestações ocorreram levando às ruas mais 750 mil pessoas em todo o país. No Recife, vários grupos, incluindo Cendhec, MST, CUT, Renap, entre outros, monitoraram a ação da polícia e estavam a postos para responder e prestar assistência em caso de alguma ocorrência. Desta vez os manifestantes puderam protestar sem nenhum incidente grave mostrando assim a força da articulação dos movimentos sociais na luta pelos direitos humanos e pela democracia no Brasil.

---

**Manoel Severino Moraes de Almeida.** Advogado, doutorando em Direito e Catedrático da Cátedra UNESCO/UNICAP de Direitos Humanos Dom Helder Camara. Presidente do Conselho Diretor do CENDHEC - Centro Dom Helder Camara. Ex-Conselheiro da Comissão Nacional de Anistia/Ministério da Justiça. Membro Titular da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Camara de Pernambuco (2012/2016). Docente da Escola de Ciências Jurídicas da UNICAP.

**Jessica Carvalho Morris.** Advogada, ativista de direitos humanos Doutoranda em Direitos Humanos (CES/III, Universidade de Coimbra). Juris Doctor (Universidade de Miami). Diretora do Programa de Pós-Graduação em Direito e Professora de Direitos Humanos e de Direito Constitucional Americano da Universidade de Miami (2008-2015). Conselheira da Anistia Internacional dos EUA (2008-2014).



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Cabo Delgado e as vítimas que não falam: são faladas

## AN Original - Alice Comenta

2021-06-29

Por Teresa Cunha

A deterioração da situação em Cabo Delgado tem gerado um fluxo contínuo de notícias, entrevistas e relatórios, mas praticamente não há mulheres a escrever sobre a guerra que tem lugar na província moçambicana.

Os artigos publicados em jornais de grande circulação, nacionais e estrangeiros, assinados, invariavelmente, por homens. Os artigos de carácter científico que procuram analisar as causas da guerra e a situação actual, de autoria de moçambicanxs, são praticamente todos assinados por homens. Existem muito poucas excepções, como são os trabalhos de Liazzat Bonate. Analisaram-se também as publicações de centros de pesquisa como o OMR – Observatório do Meio Rural, o IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos, a WLSA – Women and Law in Southern Africa, os relatórios da associação Sekelekani e do Centro Terra Viva e não se encontrou material assinado por mulheres acerca da guerra em Cabo Delgado. Apenas tive acesso a um relatório de pesquisa para a USAID de autoria de duas mulheres, Júlia Wachave e Ângela Collet mas que, até este momento, não foi difundido publicamente.

Esta falta das vozes e conhecimentos das mulheres precisa de uma investigação cuidadosa e compreensiva para apurar as causas próximas e profundas deste pesado silêncio. Como feminista importa-me entender esta realidade pois é certo elas falam, elas querem ser ouvidas, elas pensam e analisam, elas avançam causas, razões e soluções. O objectivo dos dados que a seguir se apresentam é mostrar, de uma forma muito breve, como está a ser produzida a sua ausência nos meios de comunicação social apesar de se saber que existem jornalistas mulheres a fazer o seu trabalho no território.

Neste sentido, começo por apresentar um estudo exploratório feito com base numa análise sistemática à produção jornalística nacional e internacional publicada entre 27 de Fevereiro e 8 de Novembro de 2020 em vinte e quatro Newsletter da autoria de Joseph Hanlon que faz um clipping de notícias sobre Moçambique.

Através do uso de diversas categorias percorreram-se as notícias de forma sistemática. Assumiu-se, pela análise preliminar das notícias publicadas, que as categorias 'Cabo Delgado', 'War/Civil war', 'Insurgents' e 'Attacks' se referem sempre aos espaços onde actuam os homens, de onde falam e são falados. Assim, para determinar melhor onde e quando apareciam notícias que incluíam mulheres (vítimas, protagonistas de alguma coisa, ou meramente referidas) usaram-se as categorias de 'Women/Woman', 'Girl(s)' e 'Gender'. O quadro seguinte mostra as categorias usadas para análise e o número de ocorrências no período indicado:

*Categorias de análise / Nº de ocorrências encontradas nas Newsletter analisadas*

*Women/Woman | 21*

*Girl(s) | 5*

*Gender | 0*

*Cabo Delgado | 224*

*War/civil war | 235*

*Insurgents | 263*

*Attacks | 135*

Deste quadro percebem-se pelo menos duas coisas.

### **A violência como resposta à violência**

A primeira é que as notícias sobre Moçambique ao longo do ano de 2020 deram uma grande importância à guerra em Cabo Delgado. Isto fica demonstrado pelo número de vezes que Cabo Delgado é referido, a guerra e às vezes guerra civil, insurgentes e ataques perfazendo um total de 857 ocorrências.

Nestas categorias são falados os homens já que são eles que são considerados os protagonistas tanto da insurgência quanto dos combates contra ela. Também se fala dos interesses económicos que estão por detrás dessa violência e que são também um terreno essencialmente masculino. Referem-se as autoridades militares e policiais e ainda as autoridades políticas e administrativas quase todas encarnadas em figuras masculinas.

Por outro lado, mostra que o senso comum dominante sobre a província de Cabo Delgado, hoje em dia, privilegia as notícias sobre a guerra e a sua crueldade e quase não dá importância a outros aspectos da vida das populações ou das iniciativas que estas têm levado a cabo para resistir e enfrentar a violência. Pode-se dizer que há uma militarização da sociedade e da comunicação reforçando os impactos negativos que esta tem nas relações sociais e institucionais.

### **Elas não falam: são faladas**

A segunda, como fica fácil de constatar a presença de vozes das mulheres e raparigas ou sequer de referência a elas é muitíssimo menor, 26 ocorrências. Isto permite confirmar a tese da ausência e do silenciamento das mulheres e raparigas para descrever esta realidade e as suas experiências nos

processos de pensar e dar razões a esta guerra assim como nas potenciais negociações em direcção à paz.

Dá-se sobretudo importância à sua vitimização sem se procurarem analisar nem as razões nem os impactos na vida das mulheres presas, abusadas, esturpadas, raptadas e combatentes.

Isto fica melhor compreendido quando se leem os conteúdos onde as mulheres são referidas. Em seguida apresentamos um quadro de análise de conteúdo utilizando-se as transcrições dos excertos das peças publicadas nas Newsletter analisadas onde ocorrem referências às raparigas e mulheres:

## VITIMIZAÇÃO DAS MULHERES E RAPARIGAS | AGÊNCIA DAS MULHERES E RAPARIGAS

*Three women were abducted and another person killed | Women are active insurgents*

*Teachers can impregnate school girls | GMPIS - Grupo de Mulheres de Partilha de Sofala which last year created a solidarity campaign for the victims of cyclone IDAI has started a solidarity campaign to support women and girls in Cabo Delgado*

*And more than 20 foster care centres for orphaned and vulnerable children in Nampula have been closed, after inspection found girls had been sexually abused and raped by some managers, Egidio Sousa, from the Provincial Directorate for Gender, Children and Social Action, said. In addition there was an absence of minimum conditions of accommodation and food. | A particularity of Islam in this region is that there are traditional chiefs who are women and Muslims. Women are very important in this society and very influential, but they tend to be ignored by researchers and policy makers." And she argues that having women fighters in the new insurgency The women's detachment [Destacamento Feminino]... downplay or not report that Muslim women made a very significant part of the first contingent of the female detachment" Muslim women were armed fighters.*

*"A lot of women have been arrested"*

*On 5 June, insurgents kidnapped girls in the Nabubussi neighborhood of Mocimboa da Praia. Some of the insurgents moved west and kidnapped at least 10 girls from parts of Mocimboa da Praia. But the law also guarantees the rights of women (imposing some changes on customary inheritance and allocation systems).*

*Eighteen of the women have contracted HIV/AIDS*

*Young men and sex by young women*

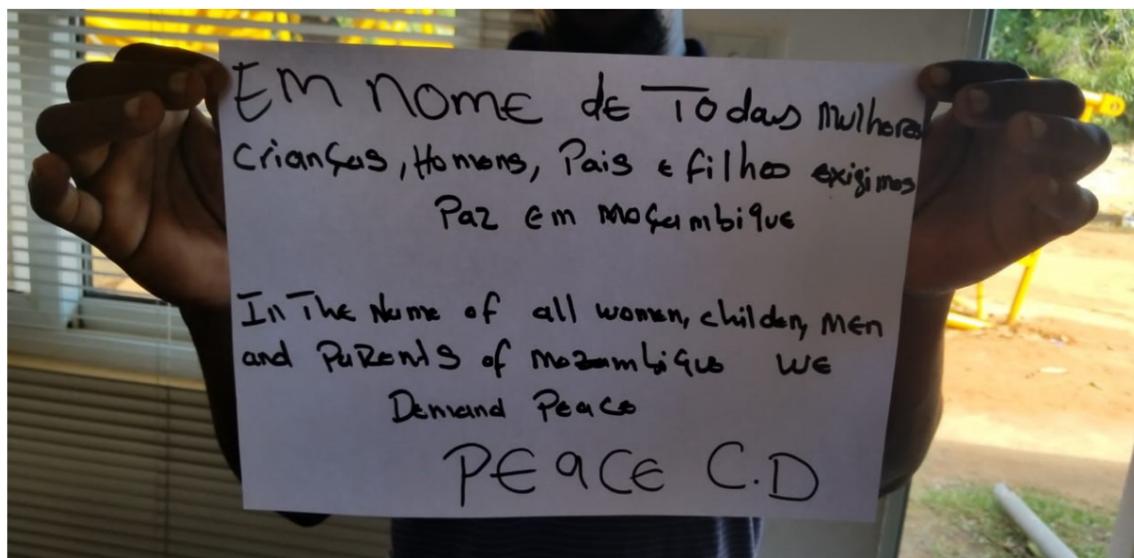
*The instructors and women have been suspended but the women will be allowed to resume their course next year (Este excerto não se refere a Cabo Delgado mas sim ao escândalo da Escola de Instrução de Matalane)*

*The most recent video shows soldiers chasing a naked women down a paved road.*

*Women were raped by FDS forces and in late 2019 eight youths were executed by the FDS.*

Outra forma de silenciamento a que as mulheres estão sujeitas é tornar as suas vozes e experiências da guerra funcionais apenas para o conhecimento dos interstícios da guerra onde são os homens os únicos protagonistas. Isso fica muito claro no relatório da OMR nº 109 de Abril de 2021 com o título Caracterização e organização social dos machababos a partir dos discursos de mulheres raptadas de autoria de mais um homem: João Feijó. Além da assunção de que existem muitas mulheres raptadas e que os sofrimentos delas são inomináveis, toda a lógica e a produção do relatório concentra-se, uma vez mais na guerra e nos homens que a fazem.

Um longo caminho para a paz está ainda por percorrer e nele, elas precisam de ser assumidas na plenitude dos seus direitos e das suas vozes que falam e que são indispensáveis.



EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL



Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

1 2 9 0



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA

Organização  
das Faculdades  
de Ciências e Letras  
e de Artes e Ciências  
Humanas em 1911



# "Consegues ouvir-nos?": Carta ao Niraz Saied

## AN Original

2021-06-20

Por Budour Hassan (Translated by Daniela S. Jorge Ayoub)

[AVAILABLE IN ENGLISH HERE](#)

*O mundo é um monte de pessoas, um mar de pequenas chamas. Cada pessoa brilha com a sua própria luz. Não há duas chamas iguais. Há chamas grandes e chamas pequenas, chamas de todas as cores. As chamas de algumas pessoas são tão silenciosas que nem sequer tremem no vento, enquanto outras têm chamas selvagens que enchem o ar de faíscas. Algumas chamas tontas não ardem nem emitem luz, mas outras ardem com vida tão feroz que não consegues olhar para elas sem piscar os olhos, e se te aproximares brilhas em fogo.*

-Eduardo Galeano, O Livro dos Abraços (Versão inglês traduzido por Cedric Belfrage com Mark Schafer)



Alguma vez te contei, querido Niraz, que és uma daquelas chamas que ardem com a vida tão ferozmente que dominas qualquer pessoa que se aproxima com calor e faísca? Levei a tua presença como certa, talvez, e esqueci-me de te dizer como fui afortunada, imensamente privilegiada, de me aproximar do teu *fueguito*, da tua pequena chama, de te ouvir, de te chamar meu amigo e meu compañero.

Um fotógrafo premiado baseado em Yarmouk, tornou-se conhecido por capturar com a sua lente a vida diária no campo de refugiados sitiado, as histórias das pessoas, as suas lutas pela sobrevivência, os seus medos, sonhos, e os pequenos detalhes que muitas vezes passam despercebidos. A tua fotografia, "Os Três Reis", ganhou o primeiro prémio num concurso de fotografia organizado pela UNRWA, e co-dirigiste um filme sobre o Yarmouk Campo de Refugiados. Era suposto eu [entrevistar-te](#) sobre o filme, a vida dentro do campo, e como é ser um "fotógrafo de guerra" de cor e viver sob cerco. Mas o que começou como uma entrevista via Skype naquela bela tarde em Novembro, transformou-se numa conversa sobre a Palestina, a Síria, a esquerda, o teu sotaque, os nossos amigos mútuos, e as nossas frustrações compartilhadas. Em 1948, os teus avós foram deslocados da Awlam, uma aldeia palestina que foi etnicamente limpa, perto de Tiberíades. Hoje, Awlam está completamente destruída, mas a sua bela nascente permanece, e falas dela como se tivesses lá estado e tivesses provado a sua água. A minha avó costumava pastorear as ovelhas perto de Awlam nos anos 50, e ela também conhece a nascente. Ela soboreia as suas memórias de lá. Os sionistas negaram-te o direito de formar a tua própria memória física em Awlam, mas não conseguiram tirar-te a tua ligação e a tua pertença à aldeia.

Quando as nossas interações se tornaram mais frequentes, a tua energia, paixão, e bondade tornaram-se ainda mais surpreendentes. Acrescentaria que a tua coragem também era tremenda, mas recusavas-te a chamar-te corajoso a ti próprio. Mencionarias o teu amor por Víctor Jara, Eduardo Galeano, e Ghassan Kanafani. E quando falavas de Yarmouk, fazias com que aqueles de nós que nunca tinham estado dentro do campo sentíssemos que também conhecíamos cada esquina, e que também jogávamos futebol nas suas ruas. "O campo é a essência da história palestina", proclamarias, mesmo sentindo que o campo que conhecias tão bem nunca mais seria o mesmo.

"Yarmouk como o conhecemos desapareceu para sempre", disseste em Novembro de 2014. "Ou está a caminhar para dizimação completa ou a tornar-se um emirado islâmico".

Apesar de teres tentado manter-te positivo, estava a tornar-se cada vez mais difícil não te sentires desiludido.

E nós, palestinianos dentro da Palestina, falhámos Yarmouk e o seu povo. Não nos pronunciámos contra o cerco e os bombardeamentos de forma suficientemente forte; não tratámos verdadeiramente o sofrimento dos campos palestinianos na Síria como uma parte inseparável da causa palestiniana; não apoiámos o povo de Yarmouk da forma como nos apoiou durante todos os ataques e incursões israelitas. E muitos de nós só começámos a preocupar-nos quando os combatentes do Estado islâmico invadiram o Campo, e quando já era demasiado tarde para nos preocuparmos.

Estavas entre aqueles que foram forçados a fugir do campo quando o Estado islâmico ocupou a grande parte do campo em Abril de 2015. "Tenho a certeza de que a vida finalmente te fará justiça, que finalmente terás a oportunidade de te reunires com Lamis, a tua noiva", assegurei-te. Tu sorriste. O teu sorriso, uma pequena chama, ardendo com vida, iluminando o universo.

Mas faz alguma diferença se eu disser isto agora? Será que as minhas palavras passarão as fronteiras e o arame farpado, os postos de controlo e as torres de atiradores furtivos, as paredes e os guardas, e chegarão de alguma forma à tua cela? Há espaço nas paredes da tua cela sem janelas para mais um rabisco e uma última súplica desesperada?

Consegues ouvir-nos? Entre os gritos de detidos torturados e os guinchos de prisioneiros famintos, consegues ouvir-nos?

Entre os gritos dos guardas e as maldições dos interrogadores, consegues ouvir-nos?

Consegues ouvir o tremor nos corações daqueles que te amam e o seu batimento cardíaco colectivo? Há inúmeros corações, Niraz, a bater e a tremer perante a própria possibilidade de uma migalha de informação sobre ti. Há incontáveis braços estendidos, querido Niraz, à espera de te envolver, de te segurar, de te manter forte, de garantir que nunca te sentes só, esquecido ou abandonado.

Consegues sentir-nos?

E se todas as vozes se afogarem e se todas as palavras evaporarem, não conseguirás deixar de detetar a voz de Lamis. Ela está a contar com a força e a ferocidade do amor por ti para te proteger. Ela não tem as asas de um anjo para te levar à liberdade, mas nunca deixou de acreditar, ou pelo menos recusa-se a deixar de acreditar na tua salvação. Ela escreve-te todos os dias e quando te libertarem, ela ler-te-á as cartas em voz alta, e provavelmente sentirás que te são familiares. Lamis recusa-se a pronunciar a palavra "se" quando se refere à tua libertação. Para ela, é sempre "quando".

"Quando Niraz sair, faremos isto e aquilo", diz ela sempre.

Mas as dúvidas estão a surgir.

No 2 de Outubro de 2015, há mais de dois anos, as forças de segurança sírias levaram-te sem mandado ou explicação. Sobreviveste anos de cerco e bombardeamento em Yarmouk, mas foste levado de um lugar que pensavas que era mais seguro.

Durante os primeiros meses da tua detenção, não passaria um dia sem garantias. A Lamis foi repetidamente informada que a tua libertação é uma questão de dias ou na pior das hipóteses, semanas, mas não era suposto demorar muito tempo. Mais de dois anos depois, não sabemos se estás vivo ou morto. Morto? Será que considerarei esta palavra?

A esperança é um acto revolucionário, dizem alguns. O desespero também é traição. Recuso-me a renunciar à esperança e Lamis também, mas a tua ausência continua a esticar a nossa capacidade de perseverança até aos limites. Agora juntas-te às fileiras dos desaparecidos da Síria: as dezenas de milhares de mulheres e homens escondidos pelas forças de segurança sírias, sem deixar um traço. Escrever "dezenas de milhares de desaparecidos" já é suficientemente pesado. Pensar nos rostos detrás destes números, o destino horrível que os espera, a angústia, o desamparo e a alienação a que as suas famílias e entes queridos estão condenados, é ainda mais asfixiante.

Querido Niraz,

Antes de fugir de Yarmouk, reiteraste que se pudesses escolher entre morrer sob bombardeamento, ou morrer sob tortura na prisão, escolherias o primeiro. Não posso oferecer uma resposta apropriada, excepto pensar que as pessoas na Síria merecem uma diversidade de escolhas mais humana. Merecem pensar onde e como querem viver, e não como preferem morrer. E é esta absoluta desumanidade de escolhas e os padrões de brutalidade a que os sírios estão sujeitos que me faz, inconscientemente, desejar um castigo mais "convencional". A crueldade do desaparecimento forçado faz-me esperar que os sírios sejam simplesmente levados a julgamento. Não tem de ser um julgamento justo e as condições na prisão podem ser horríveis, mas se ao menos pudéssemos ter acesso a eles, saber onde estão detidos, e poder protestar efectivamente contra a sua detenção, mesmo que este protesto fosse inútil. Inconscientemente, e com um enorme sentido de culpa, estou agora a tratar a prisão como uma bênção relativa comparada com o desaparecimento forçado.

Vês o quanto fomos distorcidos, Niraz? A prisão é desumana; a detenção é desumana; a tortura física é desumana; a tortura psicológica é humana, e não existe tal coisa como a prisão "regular". Nunca devemos permitir que os opressores nos coloquem num lugar onde preferimos uma forma de crueldade e repressão em vez de outra.

Mas se ao menos nos desses um sinal, Niraz. Dá-nos um sinal de que ainda estás vivo, que consegues ouvir-nos, que sentes a nossa saudade por ti.

Lidaremos com o fardo da espera; resistiremos à tendência de normalizar a punição e a repressão “convencionais”; continuaremos a criar buracos nas paredes do silêncio e da complacência até que caiam, mas dá-nos um sinal para que possamos exorcizar as nossas dúvidas.

Devo-te um café nas escadas do Portão de Damasco e uma longa caminhada pela Cidade Velha de Jerusalém, lembraste? Nunca me cansarei de esperar o dia em que poderei cumprir essa promessa. Agarra-te à promessa que nos fizeste a nós e apegate à vida, pois há mais dias belos e justos pela frente. Para ti, para Lamis e para todos nós.

\*\*\*\*\*

Eles estão por aí / todos unidos  
desmontados / desconcertados / sem voz  
cada um procurando os outros / procurando-nos a nós  
rodeados pelos seus pontos de interrogação e dúvidas  
com os seus olhos postos no ferro das praças  
as campainhas / os telhados em mármore  
revisitar os seus sonhos / memórias esquecidas  
talvez recuperando das suas mortes privadas  
certeza que ninguém lhes disse ainda  
se foram de vez ou não  
se são bandeiras agora ou tremores  
sobreviventes ou oradores para os mortos  
vêm árvores e aves a passar  
e questionam-se quais sombras são deles  
quando começaram a desaparecer  
três cinco sete cerimónias atrás  
desaparecendo como se fossem fantasmas  
sem qualquer traço ou rosto ou boa razão  
viram através da janela da sua ausência  
o que foi deixado para trás / aquele andaime  
de abraços céu e fumo  
quando começaram a desaparecer  
como o oásis numa miragem  
desaparecendo sem últimas palavras  
ainda tinham nas suas mãos as peças  
das coisas de que gostavam  
estão por aí / nas nuvens ou numa sepultura  
eles estão por aí / disso tenho a certeza  
no querido sul do meu coração  
pode ser que tenham perdido o seu rumo  
e agora vagueiam perguntando sempre  
Onde é o raio da estrada para o verdadeiro amor  
porque eles vêm de tanto ódio

**-Mario Benedetti, Os Desaparecidos**

---

**Daniela Silvestre Jorge Ayoub** - Doutoranda interdisciplinar do programa Direitos Humanos nas Sociedades Contemporâneas (CES-IIIUC). A minha investigação centra-se nas raízes coloniais intrínsecas nas infra-estrutura(s) históricas, existentes e emergentes de securitização; a personificação da ameaça; o 'gaze' da vigilância (e o seu retorno); intersecções entre arte e activismo; a relação entre arquivos, epistemologias digitais e desecuritização. Sou licenciada em Ciência Política (William Paterson University, EUA), MA em Gestão (Steinbeis University, Alemanha), e MSc em Desenvolvimento e Relações Internacionais (Aalborg University, Dinamarca). A minha experiência profissional está principalmente centrada nos sectores da saúde e da educação nas regiões da SWANA, América do Norte e Europa Ocidental.



**EPISTEMOLOGIAS  
DO SUL**



**Centro de Estudos Sociais**  
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Universidade de  
Coimbra - Alta e Sã  
Instituição de Ensino Superior  
a Ciência e a Cultura  
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# A ocupação colonial da Palestina por Israel: a solução final sem fim

## AN Original - Alice Comenta

2021-06-17

Por Boaventura de Sousa Santos

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

[AVAILABLE IN ENGLISH HERE](#)



Mais um cessar-fogo, depois de tantos outros, na ocupação colonial da Palestina por Israel; mais uma estatística de mortes para os arquivos do esquecimento; mais uma ocasião para pacificar a consciência da comunidade internacional, sobretudo norte-americana e europeia; mais um período de banalização da humilhação diária dos que, por razões de trabalho, atravessam os *check-points* israelitas; mais um processo de intensificação de provocações até aos próximos bombardeamentos; mais um momento de limpeza étnica por parte de uma potência colonial e violenta.

A história é conhecida. As atrocidades cometidas contra judeus pelo regime nazi alemão durante a II Guerra Mundial colocaram o Ocidente diante do dever moral de atender à reivindicação sionista de criação de um Estado judeu. Foi neste contexto que, pouco depois da constituição das Nações Unidas, o Comité Especial das Nações Unidas para a Palestina, liderado pelos EUA e pela então URSS, apresentou um Plano de Partição do território. Este plano, que previa a divisão da Palestina num Estado judeu (55% do território) e num Estado palestino (45% do território), tem a sua origem no projecto colonial moderno, e assemelhou-se a vários outros projectos de partição, cujos conflitos continuam ainda hoje por resolver (ex. das duas Coreias ou da Índia e do Paquistão). Num contexto em que a ONU contava ainda com uma fraca participação das nações do Sul, o Plano foi aprovado, embora os Estados árabes não tenham reconhecido o novo Estado de Israel. Da guerra que se seguiu, entre Israel e os Estados árabes e as forças palestinianas (1948-1949), saiu vencedor Israel, que ocupou várias regiões, ampliando o território em cerca de 20 mil km<sup>2</sup> (75% da superfície da Palestina). O território restante foi ocupado pela Jordânia, que anexou a Cisjordânia, e pelo Egipto, que ocupou a Faixa de Gaza. Estes episódios violentos, na origem do Estado de Israel, levaram ao deslocamento forçado de quase um milhão de palestinianos, que deixaram as áreas incorporadas por Israel<sup>1</sup>. Esse imenso contingente de refugiados, disperso em campos de países do Próximo Oriente e do resto do mundo, está na origem da “questão palestiniana”. Como sublinhou Tariq Ali, o que até então fora uma cultura comum para árabes muçulmanos, cristãos e judeus, sofreu uma profunda fractura, que viria a ser conhecida pelos palestinianos como *al Nakba*, a catástrofe<sup>2</sup>.

Nada do que se escreva em defesa do povo palestiniano poderá ajudá-lo a minorar os tormentos por que tem passado desde a criação de Israel, um sofrimento tanto mais injusto por ser imposto para expiar os

crimes dos europeus. Tão pouco pode ajudar o povo judeu a desvincular-se do projecto sionista colonial que Israel leva a cabo na Palestina, tamanha é a intoxicação ideológica a que está hoje sujeito. Quando se trata da Palestina, a escrita não é mais do que um acto de contenção da raiva, um grito escrito de desespero e impotência. Nisto reside contraditoriamente o papel crucial desta tragédia: mostra com uma transparência perturbadora a falsidade histórica, filosófica, sociológica dos “factos” que mais decisivamente sustentam as políticas dominantes dos nossos dias. Sempre que a mentira e a má-fé se transformam em política de Estado, a boa-fé e a verdade combatem-nas desarmadamente. São pedras contra bombas. Estamos perante uma massiva destruição de sentido. Dizia Albert Camus que “toda a ideia falsa termina em sangue, mas trata-se sempre de sangue alheio”<sup>3</sup>. A Palestina é o grande descodificador da falsidade hipócrita dos mecanismos dominantes para fazer prevalecer “os valores ocidentais” que incessantemente conduzem à violação destes. Os mesmos mecanismos estão já a ser “remasterizados” para a próxima utilização catastrófica: a guerra com a China.

*Falsificação histórico-teológica.* Jerusalém não é nem pode ser a capital de Israel. Jerusalém é, desde há muitos séculos, uma cidade sagrada e, como tal, pertence a todos os que professam as religiões que aí convivem. Estados têm capital, os povos não. Israel reivindica ser Estado judeu. Enquanto Estado, não tem direito a Jerusalém, a menos que se reduza a cinzas o direito internacional; enquanto povo, é um absurdo teológico ter capital. Como diz o rabino Yaakov Shapiro, os povos não têm capital, o povo judeu não tem capital.

*Falsificação política 1.* A defesa da democracia tem sido invocada para justificar a posição ocidental. Como destacou o então presidente norte-americano Barack Obama, ao assinar o programa de ajuda a Israel até 2028, EUA e Israel são duas “vibrantes democracias” que partilham os mesmos valores e devem ser igualmente defendidas dos seus inimigos. É uma invocação duplamente falsa. Israel é tão democrático quanto o era a África do Sul no tempo de apartheid. Os palestinianos que vivem no Estado de Israel (cerca de 21% da população) são os descendentes dos cerca de 150.000 palestinianos que ficaram no país que é hoje Israel, uma pequena minoria comparada com os que foram expulsos das suas terras e vivem hoje nos territórios ocupados. São cidadãos de segunda classe com fortes limitações jurídico-políticas, sobretudo desde que em 2009 Benjamin Netanyahu chegou ao poder e iniciou a sua política de sobrepor o carácter judaico de Israel ao carácter democrático. Perante a constante erosão dos direitos a que estão sujeitos, uns lutam pela igualdade de direitos, outros abandonam a política<sup>4</sup>. Vivem hoje divididos pelo dilema do “meu Estado está em guerra com a minha nação”. A outra falsidade diz respeito ao governo dos territórios ocupados. Na Palestina, como em outros lugares do mundo, a democracia só é reconhecida quando favorece os interesses ocidentais. Como na Palestina os interesses ocidentais são os interesses de Israel, a vitória livre e justa do Hamas nas eleições legislativas de 2006 (74 deputados contra 45 da al Fatah, numa câmara de 132 deputados) não foi reconhecida. O que se passou nos últimos dezasseis anos não se pode compreender sem ter em conta esta decisão arbitrária dos países ocidentais sob pressão de Israel e do seu aliado EUA.

*Falsificação política 2.* Tenho defendido que o colonialismo não desapareceu com as independências políticas das colónias europeias. Desapareceu apenas uma forma de colonialismo, o colonialismo de ocupação estrangeira e mesmo este nem sequer totalmente. Basta mencionar o colonialismo a que está sujeito o povo Saharai. Existe hoje sob outras formas e as duas mais óbvias são o racismo estrutural e o regime de apartheid imposto por Israel nos territórios ocupados. Reconhecer a existência de apartheid é reconhecer a existência de colonialismo. A mais pro-norte-americana das organizações de direitos humanos, a Human Rights Watch, publicou em Abril de 2021 um relatório que caracteriza Israel como um Estado de apartheid. Convém lembrar que em 1973 foi aprovada, pela Assembleia Geral da ONU, a Convenção Internacional para a Supressão e Punição do Crime de Apartheid (Resolução 3068), que entrou em vigor em 1976. Nos territórios ocupados (Jerusalém Oriental, Margem Ocidental/West Bank e Faixa de Gaza), o auto-governo dos palestinianos está totalmente subordinado à potência ocupante. A opressão é sistemática e a discriminação é institucional: expropriação da terra, mudança forçada de residência, controle de movimentos, gestão da água e da electricidade, negação de serviços essenciais (ultimamente as vacinas). Uma ocupação violenta que transformou a Faixa de Gaza na maior prisão do mundo a céu aberto. Em suma, colonialismo puro e duro. Se o apartheid está reconhecido pela ONU como um crime contra a humanidade, porque é que Israel não é julgado por tal crime? Porque os valores ocidentais são para usar apenas quando convém a quem tem poder para deles beneficiar. Mas o colonialismo a que está sujeito o povo palestiniano tem muitas outras faces que o identificam com o colonialismo histórico. Uma delas é o apagamento da identidade palestiniana e da memória da anexação de 78% do território da Palestina por parte de Israel em 1948, al Nakba. A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente que, como o nome indica, visa cuidar dos refugiados palestinianos violentamente expulsos das suas casas em 1948 e 1967 e seus descendentes, tem vindo a ser duramente criticada por organizações sionistas conservadoras por estar a contribuir para que os palestinianos “não percam a sua identidade e sejam assimilados pela sociedade envolvente”. Qual a diferença entre isto e as políticas dos colonizadores nas Américas e na África para eliminar a identidade e a memória dos povos originários?<sup>5</sup>

*A falsificação das equivalências.* Ao contrário do que diz Israel, não se trata de responder com a violência à violência. Não defendo o lançamento de mísseis contra Israel nem as mortes que causa, mas a desproporção entre os ataques do Hamas e a resposta israelita é tão chocante que esta não é admissível como justificação para a morte indiscriminada de milhares de pessoas inocentes. Israel tem o quarto exército mais poderoso do mundo. Entre as recorrentes explosões de violência, basta recordar que em 2014 os ataques de Israel duraram 51 dias e mataram mais de 2.200 palestinianos, incluindo 551 crianças. Desta vez, em 11 dias (a 20 de Maio foi imposto um cessar-fogo), do lado Palestino foram 232 mortes, das quais 65 crianças, e 12 mortes no lado israelita (incluindo duas crianças), para além da brutal destruição de infraestruturas na Faixa de Gaza, incluindo escolas. Estamos perante um terrorismo de Estado que usa as armas mais sofisticadas fornecidas pelos EUA para manter um povo em constante situação de terror desde 1948.

*A falsificação mediática.* Os média mundiais envergonhar-se-ão um dia dos vieses com que noticiam o que se passa na Palestina. Dois exemplos. A opinião pública mundial fica a saber que o que

desencadeou o mais recente ataque de Israel à Faixa de Gaza foram os mísseis lançados pelo Hamas. Porque para além disso nada aconteceu. Não aconteceu antes a invasão da mesquita Al Aqsa, em Jerusalém, e os disparos contra crentes em oração, em pleno Ramadã (mês santo para os muçulmanos), tal como não aconteceram os ataques, durante meses, de bandos de fanáticos em Jerusalém Oriental contra casas de habitação e de comércio. A culpa é, pois, do Hamas e Israel apenas se defende. Segundo exemplo: durante os ataques israelitas, os palestinianos simplesmente “morrem”, enquanto os israelitas são “mortos pelo Hamas” ou “mortos por ataques de mísseis”.

*O horror de impensável simetria.* O grande historiador judeu Ilan Pappé foi talvez o primeiro a perguntar-se, angustiadamente, como se poderia imaginar que, setenta anos depois do Holocausto, os Israelitas usassem contra os palestinianos as mesmas tácticas de destruição, humilhação e negação que os nazis tinham utilizado contra os judeus. Em 2002, José Saramago, de visita a Palestina, fez comparações polémicas entre o sofrimento dos palestinianos sob a opressão israelita e o sofrimento dos judeus sob a opressão nazi. Em entrevista à BBC, esclareceu: “foi evidentemente uma comparação forçada de propósito. Um protesto formulado em termos habituais quiçá não provocasse a reacção que tem provocado. Claro que não há câmaras de gás para exterminar os palestinianos, mas a situação na qual se encontra o povo palestino é uma situação concentracionária... [e acrescentou premonitoriamente] “isto não é um conflito. Poderíamos chamá-lo de conflito se se tratasse de dois países, com uma fronteira, e dois Estados, cada um com o seu exército. Trata-se de uma coisa completamente distinta: Apartheid.” Em 1933, a maioria dos judeus alemães não era sionista, isto é, não defendia a criação de um Estado para os judeus. De facto, a maior organização judaica intitulava-se “organização central dos cidadãos alemães de fé judaica”. Muito antes de ordenar o Holocausto, Hitler, obcecado por expulsar os judeus da Alemanha (e, mais tarde, da Europa), negociou com a organização sionista (a federação sionista da Alemanha) um acordo (muito controverso entre os judeus) para transferir judeus para a Palestina (então sob controle britânico), oferecendo-lhes “melhores” condições (isto é, menos vergonhosas) das que vigoravam para a emigração para outros países. Segundo o Acordo Haavara de Transferência (1933), o Estado confiscava-lhes todos os bens que possuíam, mas transferia 42.8 % desse capital para a Agência Judaica da Palestina, 38.9% desse montante sob a forma de bens industriais produzidos na Alemanha. É patente a humilhação de obrigar os emigrantes forçados a utilizar os produtos do Estado que os expulsava. Calcula-se que entre 1933 e 1938 emigraram para a Palestina apenas cerca de 40.000 alemães e 80.000 polacos. Teriam sido ainda menos se os países europeus estivessem mais dispostos a aceitar imigrantes judeus, mesmo que mais tarde se tornasse evidente que o objectivo último era “uma Europa sem judeus”<sup>6</sup>. No nosso tempo, o Estado de Israel foi criado com base numa massiva operação de limpeza étnica: 750.000 palestinianos foram expulsos das suas casas e das suas terras, a que se somaram mais de 300.000 depois da guerra de 1967. Hoje crescem em Israel os grupos de extrema-direita que proclamam a expulsão de todos os palestinianos dos territórios ocupados para os países árabes vizinhos. E mesmo os “árabes israelitas” estão legalmente impedidos de residir em certas cidades. Em 2011, o Knesset promulgou uma lei que permite às cidades do Negev e da Galileia, com uma população até 400.000 famílias, de criar comissões de admissão que podem recusar a admissão a pessoas que “não sejam adequadas à vida social da comunidade” ou que sejam incompatíveis com “o perfil sócio-cultural”<sup>7</sup>. Ao longo de décadas, cidades inteiras têm sido destruídas, palestinianos feridos são deixados morrer devido ao bloqueio da passagem das ambulâncias pelos militares israelitas. Perante a suspeita de algum acto individual de resistência por parte dos palestinianos, as autoridades ocupantes prendem pais, familiares, vizinhos, cortam-lhes a água e a luz. Nada disto é novo e traz recordações horríveis. Segundo o diário israelita *Maariv*, citado pelo prestigiado jornalista norte-americano Robert Fisk, um destacado militar israelita aconselhava as tropas, no caso de entrada em campos de refugiados densamente povoados, a seguir as lições de batalhas passadas, incluindo as do exército alemão no ghetto de Varsóvia<sup>8</sup>.

O que se passa hoje em Sheikh Jarrah é um microcosmo da repetição da história. Em 1956, 28 famílias palestinianas, expulsas das suas terras em 1948, instalaram-se neste bairro de Jerusalém Oriental na esperança de não voltarem a ser expulsos da sua casa. Na altura, este bairro e toda a Margem Ocidental estavam sob administração jordana (1951-1967) e a instalação foi negociada com a Jordânia, a ONU e organizações de direitos humanos de Jerusalém. Hoje, estão a ser expulsos das suas casas por ordem do tribunal supremo de Israel e desde há anos vêem as suas casas apedrejadas por fanáticos, alguns dos quais se instalam na parte principal da casa e obrigam os seus moradores a acomodarem-se nas traseiras da casa. Com a cumplicidade da polícia, os extremistas israelitas percorrem de noite as ruas do bairro gritando “Morte aos árabes”. As casas chegam a ser assinaladas para não haver enganos nos ataques. Tudo isto não faz lembrar outros tempos?

*A réstia de esperança.* É difícil falar de esperança de maneira que não ofenda o povo palestiniano. A esperança não pode residir nos acordos de cessar-fogo porque o objectivo destes é manter estáveis as alianças entre as potências que são cúmplices da continuação do sofrimento injusto do povo palestiniano, e preparar o próximo cessar-fogo que se seguirá à próxima explosão de violência. Neste momento, a única esperança vem da sociedade civil internacional. Têm-se vindo a fortalecer três iniciativas muito diferentes, mas que convergem em provocar o crescente isolamento de Israel do que pode resultar o cumprimento das resoluções da ONU, se não for tarde demais. A primeira iniciativa são as manifestações públicas, mais numerosas e incisivas do que nunca, de intelectuais, jornalistas, artistas judaicos muito conhecidos contra as políticas de Israel. As fontes deste texto são prova disso. A segunda iniciativa são as manifestações públicas, em várias partes do mundo, que crescentemente reclamam o direito à auto-determinação do povo palestiniano. A terceira iniciativa é inspirada na luta internacional contra o apartheid na África do Sul. O desequilíbrio da força violenta entre a população negra, de longe maioritária, e a minoria branca era menor do que o desequilíbrio entre as forças israelitas e a resistência palestiniana. Uma das iniciativas que mais contribuiu para o fim do apartheid foi o movimento internacional de isolamento da África do Sul: boicote às empresas da África do Sul, bem como a algumas empresas internacionais especialmente envolvidas no apartheid; boicote académico, turístico e desportivo a nacionais sul-africanos. Inspirado por este movimento, existe desde 2005 o movimento internacional de boicote, desinvestimento e sanções contra Israel (BDS) que tem vindo a ampliar-se nos últimos anos. É uma iniciativa de não-violência activa não isenta de problemas, uma vez pode implicar

custos nos modos de vida legítimos de gente inocente. Mas curiosamente é um movimento que pode colher o apoio daqueles que, vivendo nesses países, se opõem às políticas de apartheid em vigor. Lembro-me de que quando participei no embargo académico à África do Sul no tempo do apartheid, colegas brancos sul-africanos não só compreendiam como apoiavam as acções, uma vez que estas fortaleciam a sua luta no plano interno. Hoje, o contexto e a situação são diferentes. Perante o martírio injusto do povo palestiniano que está a ser punido por um crime cometido pelos europeus, e perante a hipócrita indiferença da comunidade internacional, por quanto tempo vamos continuar a pensar que o problema palestiniano não é o nosso problema? Toda a minha vida lutei contra o anti-semitismo e é em nome desta consistência que denuncio a limpeza étnica que está a ser perpetrada por Israel contra o povo palestiniano.

---

**Boaventura de Sousa Santos** nasceu em Coimbra, a 15 de Novembro de 1940. É Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) e Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. De 2011 a 2016, dirigiu o projecto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo, um projecto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno, dinamarquês e polaco.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

# Quinze teses sobre o partido-movimento

## AN Original - Alice Comenta

2021-06-17

Por Boaventura de Sousa Santos

*Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*

[ACCEDA A LA VERSIÓN EN ESPAÑOL AQUÍ](#)



*1. Não há cidadãos despolitizados; há cidadãos que não se deixam politizar pelas formas dominantes de politização, sejam elas partidos ou movimentos da sociedade civil organizada.*

Os cidadãos e as cidadãs não estão fartos da política, mas sim desta política; a esmagadora maioria dos cidadãos não se mobiliza politicamente nem sai à rua para se manifestar, mas está cheia de raiva em casa e simpatiza com quem se manifesta; em geral, não tem condições para aderir a partidos ou participar em movimentos ou interesse em o fazer, mas quando vem para a rua só surpreende as elites políticas que perderam o contacto com “as bases”.

*2. Não há democracia sem partidos, mas há partidos sem democracia.*

Uma das antinomias da democracia liberal do nosso tempo reside em ela assentar cada vez mais nos partidos como forma exclusiva de agência política, ao mesmo tempo que os partidos são internamente cada vez menos democráticos. Tal como a democracia liberal, a forma partido-tradicional esgotou o seu tempo histórico. Os sistemas políticos democráticos do futuro têm de combinar a democracia representativa com a democracia participativa a todos os níveis de governação. A participação cidadã tem de ser multiforme e multicanais. Os próprios partidos devem ser internamente constituídos por mecanismos de democracia participativa.

*3. Ser de esquerda é um ponto de chegada e não um ponto de partida e, portanto, prova-se nos factos.*

A esquerda tem de voltar às suas origens, aos grupos sociais excluídos, que ela esqueceu há muito tempo. A esquerda deixou de falar ou de saber falar com as periferias, com os mais excluídos. Quem fala hoje com as periferias e com os mais excluídos são as igrejas evangélicas pentecostais ou os agitadores fascistas. Hoje, o activismo de esquerda parece limitar-se a participar numa reunião do partido para fazer (quase sempre ouvir quem faz) uma análise de conjuntura. Os partidos de esquerda, tal como existem hoje, não são capazes de falar com as vozes silenciadas das periferias em termos que estas entendam. Para mudar isso, a esquerda, ou melhor, as esquerdas devem ser reinventadas.

#### *4. Não há democracia, há democratização.*

A responsabilidade da esquerda reside em que só ela serve genuinamente a democracia. Não a limita ao espaço-tempo da cidadania (democracia liberal). Pelo contrário, luta por ela no espaço da família, da comunidade, da produção, das relações sociais, da escola, das relações com a natureza e das relações internacionais. Cada espaço-tempo convoca um tipo específico de democracia. Só democratizando todos os espaços-tempo é que se consegue democratizar o espaço-tempo da cidadania e da democracia liberal representativa.

#### *5. O partido-movimento é o partido que contém em si o seu contrário.*

Para ser um pilar fundamental da democracia representativa, o partido-movimento deve ser construído por processos não representativos, mas sim, participativos e deliberativos. Nisto consiste a passagem da forma partido-tradicional para a forma partido-movimento. Consiste em aplicar à vida interna dos partidos a mesma ideia de complementaridade entre democracia participativa/deliberativa e democracia representativa que deve orientar a gestão do sistema político em geral. A participação/deliberação respeita a todos os domínios do partido-movimento, da organização interna à definição do programa político, da escolha de candidatos às eleições à aprovação de linhas de acção na conjuntura.

#### *6. Ser membro da classe política é algo sempre transitório.*

Tal qualidade não permite que se ganhe mais do que o salário médio do país; os membros eleitos para os parlamentos não inventam temas ou posições, veiculam os que provêm das discussões nas estruturas de base; a política partidária tem de ter rostos, mas não é feita de rostos; o ideal é que haja mandatos colectivos que permitam a rotação regular de representantes durante a mesma legislatura; a transparência e a prestação de contas têm de ser totais; o partido é um serviço dos cidadãos para os cidadãos e por isso deve ser financiado por estes e não por empresas interessadas em capturar o Estado e esvaziar a democracia.

#### *7. O partido-movimento é uma contra-corrente contra dois fundamentalismos.*

Os partidos convencionais sofrem de um fundamentalismo anti-movimento social. Consideram que têm o monopólio da representação política e que esse monopólio é legítimo, precisamente porque os movimentos sociais não são representativos. Por sua vez, os movimentos sofrem de um fundamentalismo anti-partido. Consideram que qualquer colaboração ou articulação com os partidos compromete a sua autonomia e diversidade e acaba sempre em tentativa de cooptação. Enquanto a democracia representativa estiver monopolizada por partidos anti-movimento e a democracia participativa por movimentos sociais, ou associações de bairros anti-partido, não será possível qualquer articulação entre democracia representativa e participativa com prejuízo para ambas. É preciso vencer esses dois fundamentalismos.

#### *8. O partido-movimento combina a acção institucional com a acção extra-institucional.*

Os partidos tradicionais privilegiam a acção institucional, dentro dos quadros legais e com mobilização das instituições, tais como, o parlamento, os tribunais, a administração pública. Pelo contrário, os movimentos sociais, embora utilizem também a acção institucional, recorrem muitas vezes à acção directa, aos protestos e manifestações nas ruas e nas praças, aos sit-ins, à divulgação de agendas por via da arte (o artivismo). Em face disto, a complementaridade não é fácil e tem de ser pacientemente construída.

Não podemos generalizar as condições de acção colectiva: há condições políticas em que as classes que estão no poder são muito repressivas, muito monolíticas; há outras em que são mais abertas, menos monolíticas, e há muita competição entre elas. Quanto mais competição entre elites, mais brechas se abrem para que por elas entrem o movimento popular e a democracia participativa. O importante é identificar as oportunidades e não as desperdiçar. São muitas vezes desperdiçadas por razões de sectarismos, dogmatismos, carreirismos.

A prática dos movimentos tem frequentemente de oscilar entre o legal e o ilegal. Em alguns contextos, a criminalização da contestação social está a reduzir a possibilidade tanto da luta institucional como da luta extra-institucional legal. Nesses contextos, a acção colectiva pacífica pode ter de enfrentar as consequências da ilegalidade. Sabemos que classes dominantes sempre usaram a legalidade e a ilegalidade segundo as suas conveniências. Não ser classe dominante reside precisamente em ter de contar com as consequências da dialéctica entre legalidade e ilegalidade e proteger-se na medida do possível.

#### *9. A revolução da informação electrónica e as redes sociais não constituem, em si, um instrumento incondicionalmente favorável ao desenvolvimento da democracia participativa.*

Pelo contrário, podem contribuir para manipular a tal ponto a opinião pública que o processo democrático pode ser fatalmente desfigurado. O exercício da democracia participativa necessita hoje, mais do que nunca, de reuniões presenciais e discussões face a face. A tradição das células partidárias, dos círculos de cidadãos, dos círculos de cultura, das comunidades eclesiais de base tem de ser reinventada. Não há democracia participativa sem interacção de proximidade.

#### *10. O partido-movimento assenta na pluralidade despolarizada e no reconhecimento das competências específicas.*

*A pluralidade despolarizada é aquela que permite distinguir entre o que separa e o que une as organizações e promover as articulações entre estas com base no que as une, sem perder a identidade do que as separa. O que as separa apenas fica em suspenso por razões pragmáticas.*

O partido-movimento tem de saber combinar questões generalistas com questões sectoriais. Os partidos tendem a homogeneizar as suas bases sociais e a centrar-se nas questões que as abrangem a todas ou a largos sectores delas. Pelo contrário, os movimentos sociais tendem a concentrar-se em temas mais específicos, tais como, o direito à habitação, a imigração, a violência policial, a diversidade cultural, a diferença sexual, o território, a economia popular, etc. Trabalham com linguagens e conceitos distintos dos que são usados pelos partidos.

Os partidos podem sustentar uma agenda política com mais permanência que os movimentos. O problema de muitos movimentos sociais reside na natureza da sua irrupção social e mediática. Em determinado momento têm uma actividade enorme, estão todos os dias na imprensa, e no mês seguinte já estão ausentes ou entram em refluxo com as pessoas a deixarem de ir às reuniões ou às assembleias. A sustentabilidade da mobilização é um problema muito sério porque, para que se consiga uma certa continuidade na participação política, é preciso haver articulação política mais ampla que envolva partidos. Por sua vez, os partidos estão sujeitos a transformar a continuidade da presença pública na condição para a sobrevivência de quadros burocráticos.

*11. O partido-movimento prospera numa luta constante contra a inércia.*

Podem gerar-se duas inércias: por um lado, a inércia e o refluxo dos movimentos sociais que não se conseguem multiplicar e densificar a luta e, por outro, os partidos que não mudam em nada as suas políticas ficam sujeitos à estagnação burocrática. Superar estas inércias é o maior desafio para a construção do partido-movimento.

Trabalhando com experiências concretas, nota-se que os partidos, ao ter vocação de poder, costumam lidar bem com a questão dos desequilíbrios dentro do espaço público. Mas porque competem pelo poder, não querem transformá-lo, querem tomá-lo. Os movimentos sociais, ao contrário, sabem que as formas de opressão tanto vêm do Estado, como de actores económicos e sociais muito fortes. Em algumas situações, a distinção entre a opressão pública e a opressão privada não é demasiado importante. Os sindicatos, por exemplo, têm uma experiência notável de luta contra actores privados: os patrões e as empresas. Tanto os movimentos sociais como os sindicatos estão hoje marcados por uma experiência muito negativa: os partidos de esquerda nunca descumpriram tanto as suas promessas eleitorais quando chegaram ao poder como ultimamente. Esse descumprimento faz com que a deslegitimação dos partidos seja cada vez maior em mais países. Essa perda do controle da agenda política somente pode ser recuperada por meio dos movimentos sociais enquanto articulados nos novos partidos-movimentos.

*12. A educação política popular é a chave para sustentar o partido-movimento.*

As diferenças entre partidos e movimentos são ultrapassáveis. Para isso é necessário promover o interconhecimento por via de novas formas de educação política popular: rodas de conversas, ecologias de saberes, oficinas da Universidade Popular dos Movimentos Sociais; discussão de possíveis práticas de articulação entre partidos e movimentos: orçamentos participativos, plebiscitos ou consultas populares, conselhos sociais ou de gestão de políticas públicas. Até agora as experiências são sobretudo de escala local. Há que desenvolver a complementaridade em nível nacional e global.

*13. O partido-movimento vai para além da articulação entre partido e movimento social.*

Depois de mais de quarenta anos de capitalismo neoliberal, de colonialismo e de patriarcado sempre renovados, de concentração escandalosa da riqueza e de destruição da natureza, as classes populares, o povo trabalhador, quando explode ou irrompe de indignação, tende a fazê-lo fora dos partidos e dos movimentos sociais. Uns e outros tendem a ficar surpreendidos e a ir atrás da mobilização. Para além de partidos e movimentos, há que contar com os movimentos espontâneos, com as presenças colectivas nas praças públicas. O partido-movimento tem de estar atento a estas irrupções e ser solidário com elas sem tentar dirigi-las ou cooptá-las.

*14. Vivemos um período de lutas defensivas. Compete ao partido-movimento travá-las, não perdendo de vista as lutas ofensivas.*

A ideologia de que não há alternativa ao capitalismo – que, de facto, é uma tríade: capitalismo, colonialismo (racismo) e patriarcado (sexismo) – acabou por ser interiorizada por muito do pensamento de esquerda. O neoliberalismo conseguiu combinar o fim supostamente tranquilo da história com a ideia da crise permanente (por exemplo, a crise financeira). Por esta razão, vivemos hoje sob o domínio do curto prazo. É preciso atender às suas exigências porque quem está com fome ou é vítima de violência doméstica não pode esperar pelo socialismo para comer ou ser libertada.

Mas não se pode perder de vista o debate civilizatório que põe a questão das lutas de médio prazo e ofensivas. A pandemia, ao mesmo tempo que tornou o curto prazo em urgência máxima, criou a oportunidade para pensar que há alternativas de vida e que se não queremos entrar num período de pandemia intermitente temos de atender aos avisos que a natureza nos está a dar. Se não alterarmos os nossos modos de produzir, de consumir e de viver, caminharemos para um inferno pandémico.

*15. Só o partido-movimento pode defender a democracia liberal como ponto de partida e não como ponto de chegada.*

Num momento em que os fascistas estão cada vez mais perto do poder, quando não estão já no poder, uma das lutas defensivas mais importantes é defender a democracia. A democracia liberal é de baixa intensidade porque é pouca. Aceita ser uma ilha relativamente democrática num arquipélago de despotismos sociais, económicos e culturais. Hoje em dia, a democracia liberal é boa como ponto de partida, mas não como ponto de chegada. O ponto de chegada é uma profunda articulação entre a democracia liberal, representativa e a democracia participativa, deliberativa. Neste momento de lutas

defensivas é importante defender a democracia liberal, representativa para neutralizar os fascistas e para a partir dela radicalizar a democratização da sociedade e da política. Só o partido-movimento pode travar esta luta.

---

**Boaventura de Sousa Santos** nasceu em Coimbra, a 15 de Novembro de 1940. É Doutor em Sociologia do Direito pela Universidade de Yale (1973) e Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Distinguished Legal Scholar da Universidade de Wisconsin-Madison. Foi também Global Legal Scholar da Universidade de Warwick e Professor Visitante do Birkbeck College da Universidade de Londres. É Director Emérito do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e Coordenador Científico do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. De 2011 a 2016, dirigiu o projecto de investigação ALICE - Espelhos estranhos, lições imprevistas: definindo para a Europa um novo modo de partilhar as experiências o mundo, um projecto financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC), um dos mais prestigiados e competitivos financiamentos internacionais para a investigação científica de excelência em espaço europeu. Tem escrito e publicado extensivamente nas áreas de sociologia do direito, sociologia política, epistemologia, estudos pós-coloniais, e sobre os temas dos movimentos sociais, globalização, democracia participativa, reforma do Estado, direitos humanos, com trabalho de campo realizado em Portugal, Brasil, Colômbia, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Bolívia e Equador. Os seus trabalhos encontram-se traduzidos em espanhol, inglês, italiano, francês, alemão, chinês, romeno, dinamarquês e polaco.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.  
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.  
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.